

Ocupação socioeconômica e organização da escola rural em Machadinho d'Oeste-RO entre 1982 e 2000

Claudinei Frutuoso
Antônio Carlos Maciel

Claudinei Frutuoso

Universidade Federal de Rondônia,
UNIR, Brasil

E-mail: nara.profa.esp@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0007-0981-2370>

Antônio Carlos Maciel

Universidade Federal de Rondônia,
UNIR, Brasil

E-mail: maciel_ac@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0250-4213>

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a relação entre a ocupação socioeconômica e a organização da escola rural, no município de Machadinho d'Oeste-RO, no período entre 1986 e 2000. Parte-se das teses de Ianni (1979, 1981), segundo as quais a ocupação da Amazônia foi um projeto de divisão geoeconômica, determinada pela aliança entre o grande capital, a tecnocracia militar e a burguesia nacional, e Martins (1980), para quem esta ocupação abole todas as anteriores. Apesar dessas naturezas, no caso de Rondônia, a colonização integrada obteve sucesso nas suas finalidades programáticas (Maciel, 2004), apesar dos impactos ambientais e culturais decorrentes disso. Neste estudo, utilizou-se a análise histórico-crítica (Saviani, 2013; Maciel, 2023), metodologicamente fundamentada no materialismo histórico-dialético (Marx, 2008; Paulo Netto, 2011) na interpretação teórica e nos dados secundários levantados. Com base na análise, chega-se à conclusão de que a ocupação socioeconômica de Machadinho d'Oeste ocorre no momento de maior pressão migratória (1982-1988) e se caracteriza pelo assentamento de colonos oriundos das regiões Sul e Sudeste, em Projetos constituídos por pequenos lotes fundiários. Isso indica, ainda, que a produção rural passou rapidamente das atividades agrícolas para as atividades pecuárias e tal processo de mudança produtiva influencia, decisivamente, na transformação das escolas multisseriadas em escolas-polo.

Palavras-chave: Ocupação socioeconômica de Machadinho d'Oeste. Organização da escola rural. Escolas multisseriadas.

Recebido em: 19/09/2025

Aprovado em: 02/02/2026



 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2026.e108836>

<http://www.perspectiva.ufsc.br>

Abstract**Socioeconomic occupation and organization of rural schools in Machadinho d'Oeste- RO between 1982 and 2000****Keywords:**

Socioeconomic occupation of Machadinho d'Oeste.
Organization of rural schools.
Multigrade schools.

This article aims to analyze the relationship between socioeconomic occupation and the organization of rural schools in the municipality of Machadinho d'Oeste - RO, between 1986 and 2000. This analysis is based on the theses of Ianni (1979, 1981), according to whom the occupation of the Amazon was a project of geoeconomic division, determined by the alliance between big capital, the military technocracy and the national bourgeoisie, and Martins (1980), for whom this occupation abolishes all previous ones. Despite these characteristics, in the case of Rondonia, integrated colonization was successful in its programmatic goals (Maciel, 2004), despite the resulting environmental and cultural impacts. In this study, historical-critical analysis (Saviani, 2013; Maciel, 2023) was used, methodologically grounded in historical-dialectical materialism (Marx, 2008; Paulo Netto, 2011) in the theoretical interpretation and in the secondary data collected. Based on the analysis, it can be concluded that the socioeconomic occupation of Machadinho d'Oeste occurred during a period of peak migratory pressure (1982-1988) and was characterized by the settlement of colonists from the South and Southeast regions, in projects consisting of small land plots. This also indicates that rural production has rapidly shifted from agricultural activities to livestock farming, and this process of productive change decisively influences the transformation of multi-grade schools into hub schools.

Resumen**Ocupación socioeconómica y organización de la escuela rural en Machadinho d'Oeste-RO entre 1982 y 2000****Palabras clave:**

Ocupación socioeconómica de Machadinho d'Oeste.
Organización de la escuela rural.
Escuelas multigradas.

Este artículo tiene como objetivo analizar la relación entre la ocupación socioeconómica y la organización de las escuelas rurales, en el municipio de Machadinho d'Oeste-RO, entre 1986 y 2000. Se parte de las tesis de Ianni (1979, 1981), según las cuales la ocupación de la Amazonía fue un proyecto de división geoeconómica, determinado por la alianza entre el gran capital, la tecnocracia militar y la burguesía nacional, y de Martins (1980), para quien esta ocupación anula todas las anteriores. A pesar de estas características, en el caso de Rondônia, la colonización integrada logró sus objetivos programáticos (Maciel, 2004), a pesar de los impactos ambientales y culturales resultantes. En este estudio se utilizó el análisis histórico-crítico (Saviani, 2013; Maciel, 2023), fundamentado metodológicamente en el materialismo histórico-dialéctico (Marx, 2008; Paulo Netto, 2011) en la interpretación teórica y análisis de los datos secundarios recolectados. Con base en el análisis, se concluye que la ocupación socioeconómica de Machadinho d'Oeste se produjo durante el período de mayor presión migratoria (1982-1988) y se caracteriza por el asentamiento de colonos provenientes de las regiones Sur y Sudeste, en proyectos de pequeñas parcelas. Eso indica, todavía, que la producción rural se desplazó rápidamente de las actividades agrícolas a las de ganadería, y que este proceso de cambio productivo influyó decisivamente en la transformación de las escuelas multigradas en escuelas centrales.

Introdução

A ocupação da Amazônia, a partir de 1970, constituiu-se num processo avassalador, em termos econômicos, sociais, culturais e políticos, cujas transformações trouxeram grandes benefícios para a região, mas também grandes problemas.

Essas transformações ocorreram ao abrigo da tutela do Estado, aliado ao capital estrangeiro e local, sob intensa propaganda de que a região era um grande espaço vazio a ser ocupado. Esse foi o mote do discurso oficial para ocupação das terras produtivas destinadas às atividades agrícolas e à pecuária.

Por outro lado, a ocupação socioeconômica, pelo Projeto de Assentamento, trouxe consigo um modelo de escola rural – a escola multisseriada –, que foi implantado em todo o estado de Rondônia e, Machadinho d'Oeste, não foi exceção.

Com o passar do tempo, porém, o processo de pecuarização, ao reduzir o contingente de famílias camponesas, impôs a substituição das Escolas Multisseriadas pelas Escolas-Polo.

É essa relação entre os processos produtivos de ocupação socioeconômica e as mudanças na organização estrutural da escola rural, que este artigo pretende analisar como contribuição aos estudos sobre a temática.

1 Natureza da ocupação socioeconômica da Amazônia e de Rondônia: dos PICs aos PAs (1970-1982)

O processo de ocupação da Amazônia, há tempos, é objeto de estudo de autores dos mais variados campos do conhecimento: na geografia, Becker (2005, 2009), Sydenstricker (1990, 1992) e Borges (2012); na antropologia, Ribeiro (1995); na sociologia, Ianni (1979, 1981) e Martins (1980, 1996); na ecologia, Miranda (1987) e Fearnside (1989) e na área interdisciplinar socioambiental, Maciel (2004, 2012). Nesses estudos, tem-se uma visão multidisciplinar sobre o processo de ocupação da região Amazônica, bem como da sua natureza.

Destaca-se que a ocupação socioeconômica da Amazônia é representada por fases, que embora distintas, caracterizam-se pela não ruptura imediata, mas por uma interseção, na qual um período que antecede o outro, incorpora-se a este e o substitui num processo gradual.

Ianni (1979, p. 57) destaca que “[...] a economia da Amazônia foi quase que exclusivamente extrativista, inclusive foi praticamente monoextrativista, como na época do apogeu da borracha, nos anos 1890-1912. Na década de cinquenta, a região era ainda vista como profundamente marcada pela economia extrativista”. Observa-se, porém, que embora marcada pelo extrativismo, essa atividade econômica, por volta dos anos 1940, já não é monoextrativista, como atestam as pesquisas de Maciel (1992) e Paiva (2025). Além disso, já havia uma agricultura de subsistência e uma incipiente pecuária.

A região, porém, continuava estagnada. O alento dado pelos Acordos de Washington, se não foi suficiente (dado o curto período de tempo para planejar e implementar) para colher resultados à guerra, pelo menos motivou a criação de agências de desenvolvimento regionais, entre as quais a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, em 1953¹.

A SPVEA tinha por objetivos a promoção do desenvolvimento agrícola; fomento à produção animal; política demográfica; um plano de viação; bem como desenvolver um sistema de crédito bancário regional (Ianni, 1979, p. 60). Isso permitiu um impulso ao sistema de transportes e comunicação, tornando as atividades econômicas da região mais dinâmicas, mesmo que a locomoção continuasse a ser, predominantemente, fluvial.

De acordo com Ianni (1979), os processos de transformação, no período que vai da década de 1950 aos anos 1970, passam por sete momentos: o primeiro, a dinamização e diversificação da atividade produtiva local, do extrativismo vegetal para atividade agrícola; segundo: financiamento da atividade, com oferta de crédito público e privado; terceiro: dinamização da presença estatal na região por órgãos da administração pública federal; quarto: mediação das tensões no campo envolvendo a disputa pela terra entre os setores públicos, privados, povos indígenas, posseiros e setores médios como os de mineração; quinto: colocação da problemática indígena no centro do debate; sexto: criação dos chamados núcleos coloniais e sétimo: reformulação da geopolítica da Amazônia.

A nova geopolítica da Amazônia, em linhas gerais, é traçada pela Operação Amazônia (Brasil, 1966a, 1966b, 1966c²) e implementada com o Programa de Integração Nacional (Brasil, 1970) e com o POLAMAZÔNIA, de 1974 (Brasil, 1976), em decorrência do fracasso dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia do pós-guerra, da necessidade de abertura de novas fronteiras econômicas, determinadas pela pressão da aliança capital nacional-multinacional e para minimizar as tensões por terra, no Sul-Sudeste e no Nordeste do país (Maciel, 2025).

Foi nesse contexto, que o grande capital penetrou de forma intensiva na região e o Estado implementou a colonização dirigida (Becker, 1990) ou, no caso de Rondônia, a colonização integrada (Maciel, 2004), favorecendo a migração de milhares de famílias, pelos eixos Sul-Norte e Nordeste-Norte, visando o reordenamento da economia da região, nos padrões produtivos do capital.

Essa ocupação não ocorreu sem as tensões sociais entre diversos grupos, que outrora, já ocupavam o território (Martins, 1980). Esses grupos eram compostos por indígenas, seringueiros e

¹ Os Acordos de Washington são produtos das Missões Taub e Cooke, durante a guerra, que foram expandidos pela Missão Abblink e pela Comissão Mista. Ver Ribeiro (2012, p. 75-145).

² A Operação Amazônia se constitui de um conjunto de leis, que criaram as condições institucionais para o Programa de Integração Nacional, entre as quais a lei nº 5.122/66; lei nº 5.173/66 e lei nº 5.174/66, conforme Brasil (1966a, 1966b, 1966c).

caboclos, que viram os seus territórios serem invadidos por negociantes de terras, posseiros, grileiros, latifundiários e fazendeiros, que buscavam ocupar a região e impor seus empreendimentos (Ianni, 1981).

Desse modo, Martins assinala que o processo de ocupação da Amazônia não deve ser analisado isolado do contexto nacional e sem levar em consideração os conflitos sociais inerentes. Segundo ele (1980, p. 67-68):

A situação da Amazônia não deve ser analisada como se aquela região constituísse uma sociedade à parte em relação ao conjunto [...] de certo modo, pode-se dizer que, sociologicamente falando, a Amazônia não existe. O que existe é uma sociedade nacional em que a reprodução do capitalismo constitui cada vez mais um processo tenso que se expressa na proliferação de conflitos no campo e na cidade [...] na cabeça de um grande número de pessoas neste país, especialmente na cabeça de inúmeros tecnocratas, a Amazônia é um deserto a ser ocupado.

A tese sustentada pelos tecnocratas, à época, de que a Amazônia era um espaço vazio a ser ocupado, não levava em consideração os povos tradicionais: indígenas, caboclos, quilombolas, tampouco migrantes adaptados como nordestinos, que deram o tom da ocupação antrópica antes do Programa de Integração Nacional (Maciel, 2012).

Neste contexto, o processo de ocupação da Amazônia, ao contrário do que defendiam os documentos oficiais, nada mais foi do que uma invasão da região, uma vez que as populações existentes não foram ouvidas e os imigrantes, não raramente, se comportavam como autênticos invasores (Martins, 1980, p. 69). Essa é a principal característica da ocupação socioeconômica de base capitalista na Amazônia, a qual vincula desenvolvimento local e regional aos interesses do capital.

Na sua análise sociológica da expansão capitalista na Amazônia, Martins afirma que o referido processo se dá pela dinâmica entre a “frente de expansão” e a “frente pioneira”³. De acordo com ele (1981, 114), *litteris*:

À frente de expansão é o movimento social que se desenrola naquele espaço móvel que se situa entre o território já ocupado empresarialmente, por grandes fazendas, por uma agricultura organizada em bases modernas, por cidades, por uma infra-estrutura de circulação já determinada pela produção e comercialização da mercadoria, que é a frente pioneira, e os territórios tribais.

Essa dinâmica mostra, de fato, como ocorre a expansão da fronteira econômica, pelo movimento social: na frente de expansão, há os posseiros, que tal como mateiros, vão abrindo as frentes territoriais, ainda não ocupadas economicamente, mas socialmente, seja por povos indígenas,

³ A origem do debate sobre as frentes se dá entre os antropólogos, mas no sentido do qual se trata aqui e começa no Brasil, com Waibel (Velho, 1972, p. 11-15). Já a discussão inicial sobre a dinâmica das frentes é realizada por Martins (1975, p. 43-50) e aprofundada posteriormente (1981, 109-118).

seja por povos quilombolas e comunidades caboclas, portanto, uma zona de intenso conflito. Em seguida e, às vezes, durante, vem a frente pioneira capitalizada que, ao comprar ou expulsar os posseiros da frente de expansão, os coloca para pressionar, mais à frente, as populações existentes. Se a análise da ocupação socioeconômica dos anos 1970 e 1980 mostra a crueza dos conflitos sociais nas “franjas” da Amazônia; hoje, os conflitos estão cada vez mais intensos no interior da região.

1.1 A especificidade da ocupação socioeconômica de Rondônia

A perspectiva teórica da análise do processo de ocupação da Amazônia, como expressado anteriormente, parte do pressuposto de que os interesses econômicos do capital, aliado ao Estado ditatorial, determinaram as políticas de desenvolvimento, que resultou nos processos migratórios, na substituição dos produtos que compunham a atividade produtiva local e na valorização da terra. Cabe destacar que, no estado de Rondônia, esse processo tem características distintas dos demais.

Os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006, 2010, 2017), e pelo Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – POLONOROESTE (Brasil, 1981), estudos de Perdigão e Bassegio (1992) e os de Maciel (2004), proporcionam elementos suficientes para se caracterizar a natureza da ocupação socioeconômica de Rondônia: o modelo de colonização integrada (tanto como polos, quanto por tamanho de lotes), a intensa migração e a mudança da estrutura fundiária (extrativismo sendo suplantado pela agropecuária), a partir de 1970. Essas características podem ser comprovadas pelos dados quantitativos apresentados pelo IBGE.

Tabela 1 – População total, urbana e rural em Rondônia (1960-1991)

<i>Ano</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>Urbana</i>	<i>%</i>	<i>Rural</i>	<i>%</i>
1960	70.783	-	30.842	-	39.941	-
1970	111.064	56	59 564	92	51 500	28
1980	491.025	342	228 539	283	262 530	409
1991	1.130.874	130	658.172	187	472.702	80

Fonte – IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

Os dados da Tabela 1 “População urbana e rural do estado de Rondônia”, demonstram como o processo de ocupação da região, pelos Projeto Integrado de Colonização – PIC, Projeto de Assentamento Dirigido – PAD, Projeto de Assentamento Rápido – PAR e Projeto de Assentamento da Reforma Agrária – PA⁴, foram determinantes para o crescimento populacional de 342%, quando a população passa de 111.064 habitantes para 491.025 habitantes, na década de 1970; bem como, na década de 1980, quando a taxa chega a 130%, período em que a população passa de 491.025

⁴ Os PICs foram implantados de 1970 a 1974; os PADs, de 1974 a 1978; os PARs de 1978 a 1982 e os PAs, a partir de 1982.

habitantes para 1.130.874. Esses dados impressionantes fizeram com que Becker (1990, p. 147) declarasse: “A dinâmica do povoamento foi tal que aí se desenrola um dos mais significativos processos de transformação econômica, social e política do Brasil contemporâneo”. Esse foi um movimento tão intenso, que fez o estado, na década de 1970, apresentar a maior taxa de crescimento populacional, entre os estados brasileiros. Além disso, a ocupação social foi realizada majoritariamente por excedentes populacionais das regiões Sul e Sudeste.

Os dados da Tabela 2, sobre o uso da terra, mostram, para além do aumento e da diversificação da produção, os rumos tomados pelo processo da ocupação socioeconômica: em 20 anos (1975-1995), com exceção dos dados apresentados, em 1975, nos demais, a área plantada com pasto é superior à soma de culturas permanentes e temporárias (510.184 contra 373.431; 879.304 contra 530.543; 2.578.700 contra 432.308, respectivamente). Nos últimos dez anos, o pasto plantado quintuplica em relação a temporárias e permanentes, o que representa uma taxa de 386%. Além disso, ao mesmo tempo que o pasto aumenta, diminui-se grandemente a área de temporárias, enquanto a de permanentes permanece razoavelmente estancada. A esse processo, Maciel (2004 e 2025) denominou como pecuarização.

Tabela 2 – Utilização das terras, dados de 1975, 1980, 1985, 1995-1996 – Rondônia

Utilização das terras (ha)	1975	1980	1985	1995-96
Área Total (ha)	3.082.052	5.223.630	5.032.645	1980.890.440
Lavouras permanentes	45.763	170.178	215.465	254.334
Lavouras temporárias	147.700	203.253	315.078	177.974
Pastagens naturais	60.046	242.653	221.572	343.369
Pastagens plantadas	164.524	510.184	879.304	2.578.700
Matas naturais	2.551.749	3.829.753	4.070.888	5.090.420
Matas plantadas	297	165	8.065	41.040

Fonte – IBGE: Censo Agropecuário (2017)

Os dados do uso da terra explicam como a ocupação socioeconômica rapidamente se consolida, via processo de pecuarização, mas na base desse processo, há o planejamento territorial, baseado na colonização integrada, segundo o tamanho de módulos rurais e de acordo com um sistema viário, igualmente, integrador de vias coletoras e escoadoras, e de Núcleos Urbanos de Apoio Rural e Sedes de Municípios. Para Maciel (2004, p. 21), ao tratar da ocupação socioeconômica de Rondônia, assim se refere a esse processo:

A concepção de colonização integrada, enquanto ocupação do espaço geográfico, se baseia numa integração espacial constituída por uma rede viária hierarquizada de acordo com a função econômica, que, aqui, tomou a forma de um razoável plano cartesiano, e de uma integração social através de um *continuum urbano-rural*, constituído por núcleos urbanos de apoio rural (NUAR), que cumprem a função de satélites de um centro com melhores equipamentos urbanos. A concepção de colonização integrada, enquanto estrutura agrária socialmente equitativa, decorre diretamente da forma como se pensou a integração entre pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais, também em sentido de *continuum urbano-rural*, só que, agora, das pequenas para as grandes propriedades, onde as primeiras ficam mais próximas da cidade e as grandes mais distantes, e entre ambas, as médias. A terceira dimensão conceitual da colonização integrada diz respeito à viabilidade da integração econômica.

A concepção de colonização integrada, portanto, possui três dimensões: integração do espaço geográfico, estrutura agrária socialmente equitativa e integração econômica viável. A primeira se compõe da infraestrutura viária e dos núcleos urbanos integrados à sede municipal, para facilitar a mobilidade da população e o escoamento da produção; a segunda integra pequena, média e grande propriedade, cada uma das quais com as suas funções produtivas e sociais, as menores mais próximas ao centro urbano e as maiores, mais distantes; a terceira trata de criar as condições para a viabilidade econômica das duas anteriores. Em síntese, a concepção de colonização integrada pressupõe integração espacial, social e econômica.

Dessa maneira, pode-se afirmar que o modelo de ocupação socioeconômica do estado de Rondônia, via projetos de colonização, é um dos mais bem sucedidos, em termos de transformação da base produtiva e da ocupação social do território⁵. Uma transformação tão profunda assim, todavia, não poderia deixar de interferir diretamente nas transformações, pois passou o sistema escolar do município, em particular, à organização da escola rural.

2 Formação socioeconômica e educacional de Machadinho d'Oeste entre 1982 e 2000

O município de Machadinho d'Oeste, estado de Rondônia, tem como limites: ao Norte, o estado do Amazonas; ao Sul, os municípios de Vale do Anari e Theobroma; a Leste, o estado do Mato Grosso; e a Oeste, os municípios de Cujubim, Rio Crespo e Ariquemes (Rondônia, 2015). Resultado do Projeto de Assentamento Machadinho, criado em 1982 (Rondônia, 1988), recebe os seus primeiros parceiros em 1984.

Os estudos realizados por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, em Machadinho d'Oeste, buscam traçar um perfil dos colonos que ali se instalaram. Entre esses, tem-se Miranda (1987), que descreve o primeiro perfil dos colonos do PA Machadinho. De acordo com ele, a média de idade dos assentados no PA Machadinho, era de 39 anos, oriundos

⁵ Embora, não se possa dizer o mesmo, em termos ambientais, não sendo esse o objeto deste artigo.

das regiões Sudeste (44,5%), Sul (26%), Nordeste (21,9%), Centro-Oeste (6,6%) e Norte (1,0%), que migraram para Rondônia em 1977, porém, somente conseguiram assentamento, em 1984⁶.

As áreas dos lotes do PA Machadinho, diferentemente dos PICs e PADs, têm em média 73 hectares e, portanto, são destinadas a pequenos agricultores (Brasil, 2000). Tal como em outros municípios do estado de Rondônia, as lavouras temporárias são fundamentais na fase de “abertura” do lote, dada a sua função reprodutiva primária para a subsistência do agricultor. Aos poucos, a área de culturas temporárias cede lugar às culturas permanentes (com destaque para o café, o cacau, a banana e o guaraná), não sem antes passar pelo processo de consórcio. Da mesma forma como ocorreu na região de Ariquemes (Maciel, 2004), no caso de Machadinho, com base nas pesquisas de Miranda (1987), Miranda e Mattos (1992), Mangabeira (2010) e Sydenstricker (1992), Frutuoso (2024) chega à conclusão de que essas condições possibilitaram a expansão da pecuária, principalmente, a de leite, pela importância econômica que exerce no complemento da renda familiar, em detrimento das atividades agrícolas. A Tabela 3 não deixa dúvidas quanto a isso.

Tabela 3 – Área plantada: lavouras temporárias, permanentes e efetivo de animais 1995-96 e 2006 – Machadinho d'Oeste-RO

Lavouras temporárias	1995-96		2006	
Área total (ha)	Área (ha)	Total em toneladas	Área (ha)	Total em toneladas
Arroz	4.740	4.333	2.212	2.336
Milho	3.382	3.043	1.703	1.686
Feijão	847	296	765	125
Mandioca	222	2.619	542	1.260
Lavouras permanentes				
Banana	38	48	43	134
Café	5.993	4.072	5.925	2.173
Cacau	427	123	178	41
Urucum	28	10	39	10
Efetivo de animais em Cabeças	1995-96		2006	
Bovinos	50.417		184.053	
Suínos	12.941		12.363	
Aves (galinhas, galos, frangas e frangos)	167.891		135.642	

Fonte – IBGE: Censo Agropecuário (2017)

⁶ Os pais de um dos autores se encontram nesta primeira leva de colonos, porém, o lote foi adquirido, de forma pecuniária.

Com efeito, comparando-se os dados de 1995-6 com os de 2006, vê-se que a agricultura, tanto dos cultivos temporários, quanto dos permanentes, sofreu drástica diminuição de área plantada, significativamente, referente ao arroz, milho e cacau. Este último, certamente, em termos de produtividade, causou prejuízo. Aliás, nessa perspectiva, a relação hectare/tonelada sofre grande diminuição, também para feijão, mandioca e café. Em compensação, o plantel de bovinos, no mesmo período, praticamente quadruplica e, de acordo com o censo de 2017 (IBGE, 2017), a área plantada de pastagens, passa de 47.299/ha, em 1995-6, para 157.275/ha, em 2006. Ora, uma das consequências desse processo de pecuarização é a diminuição de força de trabalho para a agricultura familiar, uma vez que a pecuária utiliza muito menos força de trabalho, e este, juntamente com outros fatores secundários, foi a causa da diminuição das escolas multisseriadas e, conseqüentemente, da criação das escolas-polo.

Na Tabela 3, os dados das principais lavouras temporárias, permanentes e o efetivo de animais nos anos de 1996-96 e 2006, mostram como as áreas plantadas em lavouras temporárias (arroz, milho, feijão e mandioca) vão diminuindo, à medida que a pecuária avança. Enquanto em 1995-96 a área plantada em arroz foi de 4.740 hectares e de milho 3.382 hectares, em 2006, essa área plantada em arroz é de apenas 2.212 hectares e 1.703 hectares de milho. No mesmo período, a criação de bovinos passa de 50.417, em 1995-96, para 184.053, em 2006.

2.1 Organização da escola rural em Machadinho d'Oeste, de 1986 a 2000

No PA Machadinho, antes da criação do município, as primeiras escolas multisseriadas eram geridas pelas Secretarias de educação dos municípios de Ariquemes e Jaru, conforme decretos disponíveis no Diário Oficial do estado (Rondônia, 1986, 1987). A partir de 1988, quando o município foi criado, as escolas passaram para a competência do município de Machadinho d'Oeste.

No núcleo urbano, foram criadas duas escolas: Alberto Nepomuceno, em 1985, e Joaquim Pereira da Rocha, em 1987⁷, porém, estas não eram de competência nem de Ariquemes, nem de Jaru, mas do governo do estado de Rondônia (Frutuoso, 2024).

Na área rural, as escolas foram criadas a distâncias que variavam de 9 a 12 km, entre uma escola e outra. O deslocamento das crianças – a pé, de bicicleta ou a cavalo – girava, portanto, entre 5 e 6 km de distância para aquelas que residiam mais longe. O quadro abaixo mostra o quantitativo de escolas multisseriadas⁸ criadas, por ano, sua localização e decretos de criação.

⁷ Conforme Decreto Estadual nº 2.737, de 24 de setembro de 1985 e Decreto Estadual nº 3.542, de 08 de dezembro de 1987 (Rondônia, 1985, 1987).

⁸ Chamadas pelo MEC (Brasil, 1979, p. 29) de escolas de uma sala, as escolas multisseriadas são assim designadas, porque atendiam, simultaneamente, numa única sala de aula, diferentes séries curriculares, das séries iniciais do Ensino de 1º Grau. Não obstante, ainda hoje, não seja raro encontrar esse tipo de escola, expressão máxima da precarização, em toda a Amazônia rural.

Quadro 1 – Quantidade de Escolas Multisseriadas criadas no PA Machadinho – 1986 e 1988

QTDE DE ESCOLAS	DEC. DE CRIAÇÃO	ANO	LOCALIZAÇÃO
13	3.042/86 3.043/86a	1986	MA-5, Gleba 3; MC-7, Gleba 3; MA-35, Gleba 2; MA-3, Gleba 2; Linha MA-16, Gleba 1; Linha MA-04, Gleba 1; Linha MC-03, Gleba 2; Linha MC-01, Gleba 2; Linha MA-11, Gleba 2; Linha MA-43, Gleba 3; Linha MA-31, Gleba 2; Linha MA-23, Gleba 2; Linha MA-39, Gleba 2.
8	3.433/87	1987	Linha MA-04; Linha MP-39; Linha MA-27; Linha MA-04 com MA-16; Linha MA-15; Linha MA-33; Linha MC-07, km 60; Linha MC-07, km 30.
14	3.896/88	1988	Linha MA-16; Linha MA-9; Linha MA-24; Linha MA-25; Linha MA-45; Linha MA-53; Linha MA-10; Linha MC-3, Km 10; Linha MC-3, Km 25; Linha MC-07, Km 26; Linha MA-37; Linha MC-07, Km 51; Linha MA-28; Linha MA-45.

Fonte – Rondônia (1986, 1986a, 1987, 1988)

A criação das escolas multisseriadas veio acompanhada por problemas diversos. Embora o estudo de Sydenstricker seja sobre fecundidade em Machadinho d'Oeste, o autor descreve a realidade das escolas rurais multisseriadas, as quais ele denomina de “escolas unidocentes”: das 40 escolas, que atendiam ao ensino de 1ª a 4ª séries, apenas 16 estavam em funcionamento.

Um levantamento documental realizado no ano de 2022 (Frutuoso, 2024), verificou que as escolas criadas, no período inicial, entre 1986 e 1988, totalizavam 35 escolas na área do Projeto Machadinho, conforme se encontra no Quadro 1. Esse dado confirma, grosso modo, a constatação feita por Sydenstricker (1992), de que houvera encontrado 40 escolas.

Os problemas das escolas multisseriadas encontrados por Sydenstricker (1992, p. 45-46), quais sejam: a falta de merenda, de professores, de mobília e utensílios de cozinha são, praticamente, os mesmos encontrados em outras unidades pesquisadas na região amazônica (Brandão, 1983; Maciel, 1992; Barros *et al.*, 2020), aos quais se pode incluir: estrutura física inapropriada, o multitarefismos do professor, caracterizado pelas atividades concomitantes de zelador, cozinheiro, almoxarife, orientador pedagógico e diretor⁹. Além disso, a grande maioria dos professores não tinha (e ainda há uma minoria que não tem) formação pedagógica.

⁹ O Autor viveu essa experiência como professor da Escola Multisseriada São Francisco de Assis, situada na Linha MA-16, Km 45, de 1997 a 2000.

É esse modelo, entretanto, que continuou se expandindo, pelas linhas¹⁰ do município de Machadinho d'Oeste, nos anos seguintes, já que a administração criou, entre 1989 e 1993, mais 37 escolas multisseriadas, conforme posto no Quadro 2.

Quadro 2 – Quantidade de Escolas Multisseriadas criadas no município de Machadinho d'Oeste – 1989 a 1993

QTDE DE ESCOLAS	DEC. DE CRIAÇÃO	ANO	LOCALIZAÇÃO
27	043/89	1989	O decreto não apresenta localização das escolas.
7	018/92	1992	Linha MC-07, Km 8; Travessão 62, Km 12, Anary; Travessão 58, Anary; Seringal Chico Silva; Travessão 54, Anary; Travessão 66, Km 05, Anary; Travessão 54, Anary.
3	025/93	1993	Linha C-07, Marcação; Gleba Cruzeiro do Sul; Linha MC-01, Oriente Novo; Linha C-05, Marcação Gleba Cruzeiro do Sul.

Fonte – Machadinho d'Oeste (1989, 1992, 1993)

De todo modo, esse foi o modelo de escola compatível com as atividades econômicas, não numa região rural qualquer, mas numa região, denominada pela economia, de fronteira econômica, onde, como se viu na seção anterior, os processos de ocupação socioeconômica se dão sob a tensão entre a frente pioneira e a frente de expansão, e onde o trabalho familiar, inclusive de crianças, é fundamental para a reprodução social de cada unidade camponesa, de acordo com a sua capacidade equivalente. Conforme Costa (2000, p. 153) “[...] trabalhador-equivalente é uma unidade de equiparação de todos quantos trabalham na unidade produtiva (homens, mulheres e crianças)”. Assim, a relação entre os dados da produção agrícola local e a criação das escolas multisseriadas correspondia, naquele momento (primeiros dez anos), à demanda crescente de colonos/agricultores assentados no PA Machadinho.

Cabe observar, todavia, que nos primeiros dez anos, contando-se a partir da criação das primeiras escolas multisseriadas (1986-1989), a região Leste do Núcleo Urbano se tornou mais rapidamente pecuarista, enquanto a região Oeste continuava se expandindo pela agricultura. Esse fato explica o motivo pelo qual, já em 2000, surge na região Leste do município, a primeira Escola-Polo¹¹. Do mesmo modo, isso explica por que na região Oeste, continuavam-se expandindo as escolas multisseriadas, conforme se pode verificar pelo Quadro 3.

¹⁰ As linhas são as estradas vicinais do município.

¹¹ Trata-se da Escola Polo Municipal de Ensino Fundamental Hermínia Castoldi de Oliveira, criada pelo Decreto nº 787, de 14 de janeiro de 2000 (Machadinho, 2000).

Quadro 3 – Quantidade de Escolas Multisseriadas criadas no município de Machadinho d'Oeste – 1998 a 2000

QTDE DE ESCOLAS	Nº DEC. DE CRIAÇÃO	ANO	LOCALIZAÇÃO
6	627/98 e 636/98a	1998	Núcleo Tabajara; RO-133, Km 40; Linha C-A17, travessão Rio Vermelho; Travessão 15 do Oriente Novo; Núcleo de Oriente Novo; MA-61, Km 20, reserva São Salvador.
16	735/99 Of. nº 001/99a	1999	Linha LU-02, Km 05; MA-28; MA-63; Gleba 02, TB-05; Tabajara II, TB-05; LJ-09, Km 15; LJ-05, Km 15; LJ-07; LJ-11, Km 41; LJ-05, Km 05; LJ-04, Km 20; LJ-08, Km 25; Linha C-06, Marcação; Seringal Lago Paloneta; Linha C-08, Marcação; Linha C-01, Marcação.
6	787/00	2000	LJ-09; LJ-10; Linha C-09, Projeto Amigos do Campo; LJ-25; RO-01, Lago Azul; MP-55, Seringal.

Fonte – Machadinho d'Oeste (1998, 1998a, 1999, 1999a, 2000)

Desse modo, à medida em que as unidades produtivas ampliavam a área de pasto e, ao mesmo tempo, diminuía a área agrícola, o colono reorganizava as suas atividades. De acordo com Costa (2000, p.124), esse processo de diversificação, chamado por ele de dinâmica inovativa, é o processo social que permite ao colono manter a sua propriedade, resistindo, por consequência, ao avanço do capital no campo. Em Machadinho d'Oeste, pelos dados da produção apresentados, confirma-se a tese da dinâmica inovativa, mas, ao contrário do que aconteceu no Nordeste paraense (Costa, 2000), em Machadinho d'Oeste (Frutuoso, m2024), tanto quanto foi comprovado em Ariquemes (Maciel, 2004), a diversificação se fez à base da pecuária.

É nesse contexto que, no município de Machadinho d'Oeste, a partir dos anos 2000, começa o movimento de fechamento das escolas multisseriadas e o processo de polarização escolar rural.

Conclusão

A primeira parte deste estudo buscou estabelecer o impacto da ocupação socioeconômica na Amazônia e em Rondônia, mostrando estatisticamente como o avanço da colonização integrada transformou o estado de Rondônia.

Como se pensa ter mostrado, a ocupação socioeconômica da Amazônia fez parte do processo de expansão do capitalismo, via Programa de Integração Nacional, amparado pela aliança entre o grande capital, a tecnocracia militar e a burguesia nacional, sustentado pelo discurso ideológico de proteção da Amazônia e de ocupação dos espaços vazios. Já o projeto de divisão geoeconômica da Amazônia fez parte da repartição das riquezas da região, via POLAMAZÔNIA, o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.

Ressalta-se que essa forma de ocupação, como pondera Martins (1980), ao abolir todas as formas anteriores, tem um profundo impacto em Rondônia: a criação de uma infraestrutura viária, que substituiu, quase inteiramente, o modal de transporte fluvial pelo rodoviário, permitindo a integração econômica entre o mercado local e o nacional; a diversificação das atividades agropecuárias e a produção em larga escala dessas atividades, bem como a composição social da população com influência direta na formação cultural, pela qual as populações tradicionais, decorrentes de processos migratórios anteriores, passaram a ser minorias, mediante a avalanche de imigrantes do Sul e Sudeste.

Quanto à relação entre a ocupação socioeconômica de Machadinho d'Oeste e a organização da escola rural, verificou-se que a expansão da rural está diretamente relacionada à expansão agropecuária: num primeiro momento, quando predominou a agricultura, igualmente, predominou a expansão das escolas multisseriadas; num segundo momento, quando a pecuária se tornou predominante, as escolas multisseriadas foram cedendo lugar à escola-polo.

No entanto, se o fator socioeconômico é determinante, não é o único. Outros fatores, também, tiveram grande influência: a organização dos produtores rurais em Associações e Cooperativas, pelas quais passaram a exercer influência na política do município, e a migração de força de trabalho do campo para a cidade, que fez diminuir a demanda de discentes nas áreas onde a pecuária se tornava a principal atividade econômica.

Referências

- BARROS, Josemir A.; SILVA, Andressa L. da; MATIAS, Juliana C.; NUNES, Marcia J. de O.; LIMA, Roger dos S. Memórias de professores e professoras rurais sobre o fazer docente em Rondônia, fins do século XX e início do XXI. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 7, n. 17, p. 998-1024, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/5548>. Acesso em: 24 jul. 2023.
- BECKER, Berta K. Estratégia do Estado e povoamento espontâneo na expansão da fronteira agrícola em Rondônia: interação e conflito. In: BECKER, Berta K.; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia O. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. 1 ed. Brasília: Editora UnB/Editora UFRJ, 1990, v. 1. p. 147-164.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2020.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BORGES, Luciana R. M. **Políticas territoriais na fronteira: o Programa de Aceleração do Crescimento e as transformações em Rondônia no início do século XXI**. 2012. 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2012.
- BRANDÃO, Carlos R. **Casa de escola: cultura camponesa e educação rural**. Campinas: Papius, 1983.
- BRASIL. Câmara dos deputados. **Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966a**. Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia SA. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5122-28-setembro-1966-364623-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 set. 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 5.173/66 de 27, de outubro de 1966b**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5173.htm. Acesso em: 26 set. 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 5.174/66, de 27 de outubro de 1966c**. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5174.htm. Acesso em: 26 set. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.106 de 16 de junho de 1970**. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1106.htm. Acesso em: 26 set. 2021.

BRASIL. MINTER. Secretaria Geral. Secretaria de Planejamento de Operações. **Programa de pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA**. Brasília: SPO, 1976.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Projeto**: desenvolvimento do Ensino de 1º Grau na faixa de fronteira. Brasília: MEC/DDD, 1979.

BRASIL. **Decreto nº 86.029, de 27 de maio de 1981**. Dispõe sobre o programa integrado de desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1981/D86029.html. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional de Rondônia. Divisão de Assentamento. **Informações gerais sobre projetos de assentamento**. Porto Velho, 2000.

COSTA, Francisco de A. **Formação agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém-PA: NAEA, 2000.

FEARNSIDE, Philip M. **A ocupação humana em Rondônia**: impactos, limites e planejamento. Assessoria de Divulgação Científica. SCT/PR, CNPq (Relatório de Pesquisa nº 5). Brasília: Assessoria Editorial, 1989.

FRUTUOSO, Claudinei. **Política educacional e ocupação socioeconômica em Rondônia**: da escola multisseriada à escola polo em Machadinho d'Oeste. Antônio Carlos Maciel. 2024. 224 f. Tese (Doutorado em Educação na Amazônia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia, Santarém-PA, 2024.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2006/segunda-apuracao#producao-vegetal>. Acesso em: 02 jun. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. População e distribuição da população pelas grandes Regiões e unidades da federação nos censos demográficos. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1286#resultado>. Acesso em: 26 set. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 05 jun. 2019.

MACIEL, Antônio C. **A educação do povo migrante**: processos educativos das populações superfluas na periferia de Manaus. 1992. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação-FACED, Manaus, 1992.

MACIEL, Antônio C. **Dinâmica do processo de ocupação sócio-econômica de Rondônia**: trajetórias e tendências de um modelo agropecuário na Amazônia. 2004. 332 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

MACIEL, Antônio C. A formação cultural da Amazônia e a ocupação econômica de Rondônia a partir de 1970: o último round da resistência cabocla. In: GOBBI, Marcia A.; NASCIMENTO, Maria Leticia B. P. (org.). **Educação e diversidade cultural**: desafios para os estudos da infância e da formação docente. Araraquara-SP: Junqueira & Marin, 2012.

MACIEL, Antônio C. **O método histórico-crítico de produção acadêmica**: elementos didáticos para o trabalho pedagógico em sala de aula. Teresina-PI: Alumia Editorial, 2023. Disponível em: <https://ciepes.unir.br/noticia/exibir/28410>. Acesso em: 30 set. 2023.

MACIEL, Antônio Carlos. **Campesinato e fronteira amazônica**: Rondônia entre a teoria das frentes e a teoria da dinâmica inovativa. 1 ed. Porto Velho, RO: EDUFRO, 2025.

MACHADINHO D'OESTE. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 043/89, de 20 de outubro de 1989**. Cria escolas municipais no município de Machadinho d'Oeste-RO.

MACHADINHO D'OESTE. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 018/92, [s/d/r] de 1992**. Cria escolas municipais no município de Machadinho d'Oeste-RO.

MACHADINHO D'OESTE. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 025/93, de 30 de abril de 1993**. Cria escolas da rede pública municipal.

MACHADINHO D'OESTE. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 627/98, de 23 de março de 1998**. Dispõe sobre a criação de escolas e dá outras providências.

MACHADINHO D'OESTE. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 636/98, de 16 de abril de 1998a**. Dispõe sobre a criação de escolas e dá outras providências.

MACHADINHO D'OESTE. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 735/99, de 16 de junho de 1999**. Cria a escola multigraduada de ensino fundamental, Manuel Bandeira.

MACHADINHO D'OESTE. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Recreação. **Ofício nº 001/99, de 06 de janeiro de 1999a**. Solicita autorização para a criação de 15 escolas municipais multigraduadas de ensino fundamental.

MACHADINHO D'OESTE. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 787/00, de 14 de janeiro de 2000**. Cria escolas da rede pública municipal e dá outras providências.

MANGABEIRA, João A. de C. **Serviços ecossistêmicos e trajetória de capitalização agrícola**: o caso de Machadinho D'Oeste-RO. 2010. 177 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas-SP. 2010.

MARTINS, José de S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1980.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 8, n. 1, p. 25-70, jun. 1996. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/86141>. Acesso em: 20 de jul. 2020.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. Tradução de Florestam Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MIRANDA, Evaristo E. de. **Rondônia**. A terra do mito e o mito da terra: os colonos do Projeto Machadinho. Jaguariúna, SP: Embrapa-CNPDA, 1987.

MIRANDA, Evaristo E. de; MATTOS, Cristina. **De colonos a munícipes na floresta tropical de Rondônia - Machadinho d'Oeste**. Campinas, SP: Embrapa-NMA, 1992.

MIRANDA, Evaristo E. de; DORADO, Alejandro J. **Um primeiro balanço da colonização agrícola em Rondônia**. Campinas, SP: Embrapa-NMA, set. 1998. 28 p. (Circular Técnica, 5).

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAIVA, Alciane M. de. **Política educacional e desenvolvimento sustentável**: desafios do IFAM frente às demandas de sustentabilidade social em Manacapuru – Amazonas. 2025. 239 f. Tese (Doutorado em Educação na Amazônia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia, Santarém-PA, 2025.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes amazônicos**: Rondônia: a trajetória da ilusão. São Paulo: Loyola, 1992.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Thiago R. M. **Das missões a comissão**: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da “Missão Abbink” (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953). 2012. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói-RJ, 2012.

Rondônia. Decreto Estadual nº 2.737, de 24 de setembro de 1985. Cria Escola de 1º Grau Alberto Nepomuceno, no município de Ariquemes. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Governadoria, Porto Velho, ano III, n. 911, 25 set. 1985. Seção 1. Disponível em: <https://diof.ro.gov.br/data/uploads/2024/03/25.09.1985-N%C2%B0911.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2022.

Rondônia. Governadoria. **Decreto Estadual nº 3.042, de 12 de setembro de 1986**. Cria escolas Multigraduadas no município de Ariquemes-RO.

Rondônia. Governadoria. **Decreto Estadual nº 3.043, de 12 de setembro de 1986**. Cria escolas Multigraduadas no município de Ariquemes-RO.

Rondônia. Decreto Estadual nº 3.433, de 28 de setembro de 1987. Cria escolas Multigraduadas no município de Ariquemes-RO. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Governadoria, Porto Velho, ano V, n. 1505, 30 set. 1987. Seção 1. Disponível em: <https://diof.ro.gov.br/data/uploads/2024/03/30.09.1987-N%C2%B01405.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2022.

Rondônia. Decreto Estadual nº 3.542, de 08 de dezembro de 1987. Cria Escola de 1º Grau Joaquim Pereira da Rocha, no município de Ariquemes. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Governadoria, Porto Velho, ano V, n. 1452, 10 dez. 1987. Seção 2. Disponível em: <https://diof.ro.gov.br/data/uploads/2024/03/10.12.1987-N%C2%B01452.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2022.

Rondônia. Governadoria. **Lei Estadual nº 198, de 11 de maio de 1988**. Cria o município de Machadinho D'Oeste, desmembrado dos municípios de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná. Rondônia, 1988. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ro/lei-ordinaria-n-198-1988-rondonia-cria-o-municipio-de-machadinho-d-oeste-desmembrado-dos-municipios-de-ariquemes-jaru-e-ji-parana?r=p>. Acesso em: 03 jun. 2022.

Rondônia. Decreto Estadual nº 3.896, de 12 de setembro de 1988. Cria escolas multigraduadas no município de Machadinho d'Oeste-RO. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Governadoria, Porto Velho, ano VI, n. 1634, 14 set. 1988. Seção 1. Disponível em: <https://diof.ro.gov.br/data/uploads/2024/03/14.09.1988-N%C2%B01634.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2022.

Rondônia. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Observatório do desenvolvimento regional. **Indicadores municipais – 2015**: Machadinho d'Oeste. Disponível em: <https://observatorio.sepog.ro.gov.br/c/indicadores-municipais---2015/2a09fbef-a878-e911-80e0-000c29bb008d>.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SYDENSTRICKER, John M. N. **Família, fecundidade e as estratégias de assentamento em Rondônia**: um estudo de caso. Campinas, SP: NEPO-UNICAMP, 1990.

SYDENSTRICKER, John M. N. **Parceleiros de Machadinho**: história migratória e as interações entre a dinâmica demográfica e o ciclo agrícola em Rondônia. 1992. 200f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

VELHO, Otávio G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.